

110 ANOS DE DESIGUALDADE AÇUCAREIRA E BRASILEIRA (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 1730-1840)¹

Carlos Alberto Medeiros Lima²

Resumo: Através do Livro de tutelas e inventários de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, reconstrói-se a evolução da desigualdade dos patrimônios para o período 1727-1840. Além de alta, a concentração das fortunas foi crescente durante este período, mantendo sua rota ascendente na passagem tanto para subperíodos expansivos, quanto para épocas de retração. Os efeitos deletérios do domínio mercantil sobre a produção agrária não impediam a diferenciação progressiva dos proprietários, especialmente em virtude de se ter ligado à renovação de elites em São Francisco. Esse avanço da desigualdade é relacionado ao problema das pequenas posses de escravos.

Palavras-chave: desigualdade; lavoura canavieira; escravidão

110 YEARS OF INEQUALITY IN A SUGAR-PRODUCING AREA IN BRAZIL (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 1730-1840)

Abstract: The *Livro de tutelas e inventários de São Francisco do Conde*, from the sugar-producing Bahian *Recôncavo*, helps us to reconstruct the evolution of the inequality of assets along the years extended from 1727 through 1840. Inequality among proprietors was constantly high. Besides, it grew steadily, at the beginning of periods of growth as well as during transitions to recessive intervals. The dominion exerted by mercantile groups did not impede de differentiation at São Francisco, for it was connected to the arrival of new élites. The article also relates the advance of inequality to the presence of small slave holdings.

Keywords: inequality; sugarcane cultivation; slavery

Análises a respeito da época da Independência na Bahia chamam a atenção para um caldeirão social que decerto tinha seu centro nos escravos e nos africanos, mas que abarcava igualmente pessoas livres de diversas posições sociais (REIS, 2003: 325; SCHWARTZ, 1996: 376; SOUZA, 1987).³ Morton viu na matriz dessas revoltas os aumentos de preço da última década do século XVIII e questões atinentes ao

¹ Este trabalho deriva de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq que tem entre seus objetivos a comparação entre áreas canavieiras dos séculos XVIII e XIX.

² Professor associado da Universidade Federal do Paraná, coordenador da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades e líder do Grupo de Pesquisa Espaço e Sociabilidades. E-mail: carlos.alberto.lima@pq.cnpq.br, fone (41) 3360-5105; rua General Carneiro, 460, Depto de História, Curitiba, PR, CEP 80060-150.

³ Schwartz defende que, além de mais quilombos, enfrentava-se nos caminhos baianos dos arredores de 1800 uma incidência mais marcada de enfrentamentos com assaltantes.

recrutamento e à formação de elites militares, mas ele chamou a atenção para um processo de concentração da propriedade açucareira que teria atingido níveis inacreditáveis por volta de 1818 (MORTON, 1975: 250). Schwartz (1988: 352 e seguintes) deu ênfase à forte expansão da formação de grupos populares na Bahia da passagem do século XVIII para o seguinte, chamando a atenção para o surgimento de grandes e muito novas tensões sociais associadas a isso, inclusive no Recôncavo.

Neste artigo, acrescentam-se a essa discussão indícios de que o período de cerca de um século que teve seu termo em 1840, portanto com a onda de turbulência quase em seu final, foi atravessado por um enorme avanço da desigualdade entre livres, inclusive entre proprietários rurais. As estimativas sobre a população escrava e o tráfico de africanos para a América Portuguesa durante o século XVIII, com seus desembarques que quase sempre cresceram até seu auge histórico do final dos anos 1820, nos acostumaram a dar atenção ao aprofundamento da desigualdade expressa pela escravidão. Mas parece ter havido mais elementos envolvidos. Quanto a eles, um conjunto documental publicado há tempos é de grande utilidade. Em 1960, o Arquivo Público da Bahia publicou em seus Anais o “Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde” (1960; doravante LIVRO DE TUTELAS). Ele não passou despercebido, obviamente, a diversos investigadores. Pierre Verger usou-o para estudar procedências de africanos na Bahia, tendo sido referido também nos trabalhos de Vera Lucia do Amaral Ferlini e Luis Nicolau Parés (VERGER, 1987: 669-675; PARÉS, 2008: 205; FERLINI, 1988: 257).

Com o objetivo de registrar a entrega das heranças e legados a menores, dementes e ausentes (especialmente para menores, tendo os outros casos apenas muito raramente sido referidos na fonte), o livro descreve as legítimas cuja transferência intergeracional o Juízo de Órfãos organizou. Elas permitem, em alguns casos, reconstituir as dimensões dos montes líquidos inventariados (isto é, as fortunas descontadas das dívidas e despesas), embora nunca a composição desses patrimônios, por quase sempre faltar a descrição dos bens que compunham as meações, os legados e os quinhões dos herdeiros de maior idade. O livro apresenta alguma seletividade, por destinar-se a registrar apenas heranças de menores de idade. Assim, ele provavelmente traz informações sobre patrimônios de mortos mais jovens que os representados em séries habituais de inventários *post mortem*, de certa forma permitindo controle mais qualitativo que quantitativo sobre a variável idade, que historiadores consideram

importante para interpretar informações sobre a hierarquização social (JOHNSON; FRANK, 2006).

Por outro lado, é possível que a série de partilhas seja muito representativa. Para avaliá-lo, podem-se confrontar alguns dos dados desta série com as informações fornecidas por Luis Nicolau Parés a partir de inventários *post mortem*. Recorde-se que as partilhas consideradas aqui só trazem referências a escravos que compuseram legítimas de herdeiros menores. Ainda assim, as legítimas compulsadas referiram pouco mais que mil escravos no tocante ao intervalo 1750-1800. A série de Parés, na qual se somam cativos em propriedades ligadas à cana e ao tabaco de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira, indica cerca de três mil para o mesmo período (PARÉS, 2005: 106). Os montantes são comparáveis, de modo que a quantidade de partilhas referenciadas no LIVRO DE TUTELAS parece ser semelhante à de inventários abertos no mesmo intervalo.

Assim, vale a pena estimar montes líquidos, o que se faz considerando o montante das legítimas e o número de filhos indicado, do que se inferem as dimensões da meação e dos montes líquidos, com os quais o investigador tem que contentar-se, na impossibilidade de conhecer os mais recomendados montes brutos, isto é, o conjunto do patrimônio sem que dele se abatam dívidas e despesas. Algumas partilhas apontam apenas os herdeiros de menor idade (menos de 25 anos), deixando o leitor na dúvida sobre a possível existência de outros, maiores. Isso porque somente os bens adjudicados aos primeiros permaneceriam sob tutelas supervisionadas pelo juízo. Em vários casos, isso impossibilitou a estimativa. Em outras situações, pôde ser grande a confiança em que todos os herdeiros eram menores (casos, por exemplo, em que se listavam apenas crianças muito pequenas, sendo improvável que também existissem filhos maiores não listados). O impacto disso nas possibilidades de realização de estimativas de montes líquidos pode ser monitorado no apêndice 1 e em explicações adicionais, feitas ao redor da tabela 1. Os casos mais favoráveis (e felizmente mais frequentes, conforme a tabela 1 e o apêndice 1) eram aqueles em que, nas partilhas motivadas pela morte de pessoas casadas, o rol dos herdeiros recebia o título de “Filhos herdeiros” (e não o de “herdeiros menores”), ou então aqueles ainda mais tranquilizadores nos quais se nomeavam inclusive os herdeiros maiores.

Teria sido um forte empecilho para a feitura de estimativas se os casamentos baianos coloniais tivessem sido realizados sob sistema outro que não o das “cartas de ametade”, isto é, se tivesse sido frequente que maridos e mulheres não fossem meeiros.

Mas pode-se supor com segurança que isso não ocorria, pois as uniões com “dotes e arras” eram raras no Império Luso. Além disso, mesmo quando houvesse acordos antenupciais, estes parecem ter sido majoritariamente verbais, demandando testamentos para que fossem levados em conta na hora da morte de algum dos cônjuges (SILVA, 1984: 97-98), e o centro desta investigação não reside nas partilhas em que interviesses testamentos, como será visto.

São Francisco do Conde

A vila foi instaurada em 1698, no bojo de uma transição da criação consistente e reiterada de paróquias para a instituição, lenta mas também consistente, de municípios no Recôncavo (SCHWARTZ, 1988: 81-82). A retirada de áreas açucareiras do âmbito controlado pela Câmara de Salvador causou reações soteropolitanas (RUY, 1953: 190-191). Alegava-se que isso afastava senhores de engenho da câmara municipal urbana, mas é de se entrever que podia haver algo mais envolvido, talvez as relações dos produtores de açúcar com comerciantes e traficantes de escravos. Desde os tempos de Gabriel Soares de Sousa a área concentrava muito engenhos importantes, fato passível de ser enfatizado lembrando-se a vizinhança do de Sergipe do Conde, e que perdurou até o século XIX, pois, como lembra Barickman, ainda eram frequentes na segunda metade do século XIX as posses de escravos ligadas ao açúcar, inclusive entre lavradores de cana destituídos de engenhos (BARICKMAN, 1998-9: 201; BARICKMAN, 2003a: 40; FERLINI, 1988: 161).

Em 1724, as freguesias de São Sebastião do Passé e de Nossa Senhora do Socorro possuíam, juntas, uns 20 engenhos (um sétimo do total apontado para a Bahia) e população total de mais de 6200 pessoas, cerca de dois terços das quais escravizadas. No início do século XIX, existiam nas cinco paróquias da vila aproximadamente 80 engenhos (SCHWARTZ, 1988: 87-90, 364).

No século XVII, São Francisco preponderava na produção açucareira, o que só foi revertido – sem, claro, eliminação dos esquemas produtivos da vila – com a abertura de nova área fortemente expansiva em Santo Amaro, o que se cristalizou por volta da década de 1720. A disponibilidade de matas teve muito a ver com essa mudança de foco, ainda que o Passé continuasse obrigado a fornecer madeira da boa para iniciativas de construção naval da Coroa Portuguesa durante o século XVIII (LAPA, 2000: 43), sendo conhecido que, embora nem sempre quanto ao Recôncavo, os embates na Bahia

provocados pela demanda monárquica de madeira foram duradouros (FONSECA, 2010: 89 e seguintes). Nas partilhas aqui examinadas, o tratamento da questão dos matos “virgens” mostra que o problema era importante, apesar da raridade das referências àqueles matos, o que pode se dever ao fato de que pouca terra circulava nas legítimas dadas a menores de idade. Na parte transcrita do inventário do coronel José Maria de Pina e Melo, de 1838, fazia-se referência a terrenos que alcançavam cerca de 3500 hectares, dos quais mais de 400 estavam cobertos por mata virgem (LIVRO DE TUTELAS, partilha fragmentada pelas páginas 288-289, 291-293, 303-305 e 306-308).

Embora persistente a produção açucareira, a posição dos senhores de engenho e mesmo de lavradores de cana de São Francisco não era, por volta de 1816 e 1817, tão exuberante quanto a dos de Santiago do Iguape (BARICKMAN, 2003b: 90-91; REIS, 1992: 107). Ainda assim, havia lá nessa época mais de dez mil escravos distribuídos por 776 proprietários, perfazendo um número médio por escravista que ultrapassava um pouco o relativo a Santo Amaro; a posse de escravos também estava mais concentrada no topo da hierarquia dos possuidores em São Francisco do Conde. Mais de cinco mil desses cativos pertenciam a senhores de engenho e mais de 2700 eram possuídos por lavradores de cana (SCHWARTZ, 1988: 357, 359, 367).

Segundo Barickman, os rios do norte do Recôncavo eram mais valorizados pelas facilidades de transporte que por sua força motriz (BARICKMAN, 2003a: 41). De fato, as partilhas aqui trabalhadas mantiveram as referências a moendas verticais e a cavalos de roda até período bem tardio, entrando pelo século XIX. Aquelas moendas, difundidas desde o início do século XVII, reduziam a demanda de força motriz para sua operação, autonomizando os engenhos em relação à proximidade de cursos d’água potentes (SCHWARTZ, 1988). Por serem tardias, do final dos anos 1830, exemplificam bem essas referências a moinhos verticais a partilha dos bens de dona Ana Procópio da Silva (LIVRO DE TUTELAS, partilha fragmentada entre as páginas 177-8 e 222-4) e do coronel José Freire de Carvalho (LIVRO DE TUTELAS: 286-7), que legou a seus herdeiros a moenda vertical do engenho Jiló, avaliada em 300\$000. Isso é importante para compreender um certo ímpeto pecuarista que se vê nas referências ao Recôncavo (PINHO, 1982: 343).

As partilhas e a açucarocracia

Só é possível estimar os montes líquidos, o que demanda atenção, pois os montes brutos são mais recomendados. Importa, pois, referir para comparação resultados de trabalhos com montes líquidos e brutos feitos sobre outras localidades brasileiras. Essa avaliação indica que as medidas de *concentração* de montes líquidos são melhores que aquelas relativas às *dimensões* das fortunas. Os indicadores de concentração de montes líquidos não ficam muito diferentes daqueles calculados para montes brutos: o índice de Gini normalmente só varia em alguns centésimos, para cima ou para baixo, dependendo das condições oferecidas nas diferentes épocas e lugares para que todas as faixas de riqueza tivessem acesso ao crédito. Em outras palavras, a consideração dos montes líquidos altera em cerca de cinco a dez por cento o índice de Gini. Dívidas e despesas abatidas dos montes, no entanto, especialmente as dívidas, deviam causar uma oscilação bem maior que essa nos montantes dos patrimônios. Assim, as medidas de concentração são mais seguras que as atinentes a valores.⁴

É difícil dizer o que resultaria do uso dos montes brutos para observar a desigualdade no caso em tela, pois o peso das dívidas podia ser grande. Em 1776, por exemplo, na partilha do patrimônio de Francisco Domingues, a viúva inventariante declarou terem sido apurados 663\$660 em bens. A soma não era pequena para a época; ainda assim não bastava para pagamento das dívidas do casal, de 739\$971 (LIVRO DE TUTELAS: 99), havendo outros exemplos de saldo negativo, sem que se saibam os valores (LIVRO DE TUTELAS: 193, 203). As dívidas ativas também podiam ser bem altas, mesmo em patrimônios relativamente modestos. Pelo menos é o que fica sugerido no provimento do corregedor José da Cunha Cardoso, de 1720. Ele advertia juízes sobre a necessidade de evitarem que tutores e inventariantes carregassem dívidas não consolidadas nos quinhões de menores, a bem da proteção dos patrimônios destes

⁴ Um conjunto diversificado de fontes primárias e secundárias fornece informações sobre fortunas que permitem, através da comparação da concentração de montes brutos e líquidos, atestar que o índice de Gini varia muito pouco quando se descontam as dívidas passivas. Ver as fortunas dos negociantes grossistas de São João Del Rei (MG) do século XIX em GRAÇA FILHO, 2002: 86-88. Ver também fortunas paulistas de meados do século XVII (nesse caso, na condição de se atribuir algum valor aos índios escravizados que, classificados como “gente forra”, não eram avaliados, criando montes brutos e líquidos irreais) em SÃO PAULO, 1973-1999. Sobre isso e sobre comparações entre fortunas paulistas e do litoral nordestino no século XVII, ver NAZZARI, 2001: 389-340. Ver também, quanto a montes brutos e líquidos, os inventários *post mortem* de São José dos Pinhais e Campo Largo (PR) da segunda metade do século XIX, em, respectivamente, *Inventários post mortem, 1852-1886*, 2ª Vara cível de São José dos Pinhais e *Inventários post mortem, 1872-1886*, Vara Cível de campo Largo. Vide, sobretudo, a distribuição do capital em propriedades de lavradores de cana da Bahia entre 1713 e 1824 (SCHWARTZ, 1988: 188). Neste caso, a concentração dos recursos quando calculada tendo em vista os montes líquidos resulta apenas um pouco menor que a observada com os montes mores, o que sugere que, entre lavradores de cana, as dívidas passivas eram mais importantes entre os mais afortunados.

últimos (LIVRO DE TUTELAS: 318). A tabela 1 é um instrumento que permite abordar aspectos da fonte e do tratamento da informação, assim como alguns resultados (tabela 1).

Como se vê, bem mais que metade das partilhas presentes no documento dividiu bens de mortos que eram casados no momento de seus falecimentos, compondo 85% das 286 partilhas que permitiram estimativa dos montes líquidos. Além disso, foram poucos os testamentos. Juntando as duas coisas, os casados sem testamento na hora de suas mortes – caso mais favorável às estimativas – predominaram largamente.

A questão dos testamentos merece ênfase. No total, das 384 partilhas aqui trabalhadas, pouco menos de um quarto foi de alguma forma regulado por esse tipo de instrumento.

Tabela 1: Estados civis dos falecidos, presença de testamentos e condições para realização de estimativas de montes líquidos em São Francisco do Conde (1727-1841)

Situações na hora da morte e tratamento da informação	Sem testamento	Com testamento
Casados - Monte líquido estimado (inexistência aparente de herdeiros maiores não referidos)	40	
Casados - Monte líquido estimado (filiação completa)	185	
Casados - Monte líquido estimado por haver referência a terça		17
Casados – estimativa impossível	21	34
Viúvos – estimativa possível (existindo testamento, por se fazer referência à terça)	23	14
Viúvos – estimativa impossível	10	14
Estado conjugal não estava claramente expresso – estimativa possível	6	1
Estimativa impossível por outras razões	7	12
Total	292	92

Observação: há também algumas partilhas repetidas, tidas na época por sem efeito, incompreensíveis pelo fato de estarem ilegíveis ou então truncadas.

Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960 (ver também o apêndice 1).

A frequência dos testamentos variava conforme o estado conjugal. Ela oscilou entre os mortos casados (ver apêndice 1). Os testamentos foram mais frequentes na época da concomitância das atividades em São Francisco com aquelas da mineração das Gerais, aparecendo em 37% das partilhas. Na época – que também será tratada adiante – dos preços mais baixos de escravos, estendida de 1751 a 1780, os testadores foram apenas 15% dos mortos casados, proporção que diminuiu ainda mais no período estendido entre 1781 e 1820, descendo a 13% e caindo ainda um pouco mais a partir da década de vinte. Os testamentos eram bem mais frequentes entre aqueles que, ao morrerem, já eram viúvos (os recasados foram incluídos nesse grupo; dado que o objetivo deste trabalho está ligado ao tamanho das fortunas, não se pode desconsiderar que as suas já haviam passado por partilhas e meações). 45% deles o haviam feito, o que dependeu pouco das conjunturas: dois em três o fizeram na época ‘mineira’ da Bahia; metade dos mortos o fez entre 1751 e 1780; 37%, daí até 1820 e o mesmo patamar de antes de 1750 após a Independência.

A presença de testamentos não era muito afetada pelo fato de as partilhas denunciarem de alguma forma a posse de escravos pelos falecidos. Nas mortes de escravistas, a proporção dos com testamentos era aproximadamente a mesma que a vigente no conjunto das partilhas – um pouco abaixo de um quarto. Se, em outro teste, for observado o decil superior dos montes líquidos estimados, ver-se-ão referências a testamentos em pouco mais de um quarto das partilhas, sem grande modificação frente ao observado no tocante à posse de escravos. Note-se incidirem problemas associados ao próprio método de trabalho adotado: a presença do testamento costumava dificultar ou impedir, na execução desta pesquisa, a estimativa do monte líquido.

Recorrendo agora à presença de títulos de distinção entre falecidos, ou entre seus cônjuges, filhos e netos, verifica-se haver 149 partilhas desse tipo; dentre elas, a proporção daquelas com testamentos continua na casa do um quarto.

O que afetava mesmo a propensão a redigir testamentos era a ligação com a produção de cana e de açúcar. Entre aqueles cujas partilhas mencionavam engenhos, cana ou alguma forma de relação com a produção de açúcar, os testadores alcançavam quase dois quintos. Até certo ponto, a cana pedia testamentos. Caso se recorde a concisa classificação proposta por Schwartz – um “negócio nobre” (SCHWARTZ, 1988: 77 e seguintes) – entender-se-á essa obsessão com a reprodução familiar, ao que se devem juntar a delicadeza da atividade e seus ingentes requisitos técnicos, tudo muito capaz de

ser esboroadado por partilhas desatentas às especificidades da produção açucareira. À necessidade de preservação de casas senhoriais juntavam-se os requisitos específicos da atividade demandante de mais investimentos e de mais alargada escala.

Crescente desigualdade

A tabela 2 reúne informações (tendência central, dispersão e desigualdade) sobre os montes líquidos estimados. Abordou-se um caso que, embora particular, era o mais frequente: o dos que morreram casados pela primeira vez e que não deixaram testamentos (estes últimos criariam incerteza na estimativa dos montes líquidos).

As percepções da historiografia sobre o que esperar do intervalo até 1750 são contraditórias. Para a atividade açucareira, em sentido estrito, o período da concomitância com a mineração foi difícil. Schwartz aponta que, se a guerra europeia protegera os preços do açúcar até 1713, evitando os efeitos negativos da concorrência mineira por escravos, nos anos 1720 o impacto da mineração atingiu em cheio os proprietários baianos; isso explicaria porque o mínimo histórico das exportações do produto se situou em 1733-1742, seguido por um segundo ponto mais baixo em meados dos anos 1750 (SCHWARTZ, 1988: 168). Mattoso, por outro lado, faz referências indiretas ao problema ao escrever sobre o final do século XVIII; pressupõe que difícil mesmo para a Bahia foi o período que se seguiu à decadência da mineração nas Gerais (MATTOSO, 1970: 36). Crê-se aqui ser necessário combinar ambas as percepções, na direção de que o período da mineração do sudeste, embora negativo para o açúcar em virtude da concorrência por fatores, ainda assim aqueceu as atividades e, assim, de alguma forma, beneficiou proprietários baianos. Nos vinte anos subsequentes, até o fim dos anos 1760, criaram-se condições para uma lenta recuperação da atividade açucareira, dada a redução dos preços de escravos, especialmente, mas deprimiram-se as oportunidades para as outras atividades econômicas, criando o ambiente de crise a que se referiu Kátia Mattoso.

Um exemplo daquilo que mudou ao redor de 1750 pode ser encontrado na discussão de Kátia Almeida sobre as minas do Rio de Contas. Estímulos vindos dessa atividade para Salvador e o Recôncavo – o tráfico de escravos para Jacobina e Rio de Contas – devem ter passado a decrescer por volta de 1750, pois a presença africana entre os cativos da localidade começou a perder importância numérica rapidamente após o ano central do século (ALMEIDA, 2012: 70-72). O resultado disso transparece nos

dados da tabela 2: recuperação lenta das atividades, vistas de um modo agregado, com a mediana avançando apenas uns dez por cento, mas ainda assim avançando, pois se criavam condições para recuperação no açúcar; leve descida de degrau nas grandes e nas pequenas fortunas, mas em um quadro geral de estabilidade. Sinais de crise e de possibilidade de avanço associavam-se tanto antes quanto logo depois de 1750.

A tabela 2 sugere que a mediana é um indicador robusto para avaliar o movimento das condições em São Francisco do Conde; a regularidade de seu crescimento deixa o leitor mais próximo de uma descrição do processo de acumulação. O tropeço da passagem para a década de 1790 reflete a situação anterior, dos anos 1770 e 1780, época do falecimento de proprietários de imensas fortunas, como se vê pelo tamanho médio dos montes do grupo dos 20% mais abastados proprietários. Lembrando a percepção de Schwartz sobre um fosso nas exportações açucareiras no fim dos anos 1730, o avanço quase contínuo da acumulação – expresso pela mediana – aponta para a secular recuperação a partir do ponto mais baixo das atividades.

Tabela 2: Montes líquidos estimados dos que faleceram casados (recasados e viúvos excluídos) sem deixar testamento (São Francisco do Conde, 1731-1839) – em milhares de réis, salvo indicação diversa

I. Montantes			
	Média dos montes líquidos estimados	Mediana dos montes líquidos estimados	Desvio padrão
1731-1750	1173	405	1656
1751-1770	1176	440	1716
1771-1790	6775	657	19881
1791-1802	2650 (737 libras)	646 (180 libras)	7337 (2039 libras)
1803-1807	5908 (1538 libras)	776 (202 libras)	15358 (3999 libras)
1808-1828	1434 libras	336 libras	3610 libras
1829-1839	13526 libras	1391 libras	26079 libras
II. Concentração			
	Índice de Gini da concentração dos montes líquidos	Média – 20% menores montes	Média – 20% maiores montes
1731-1750	0,608	147	4158
1751-1770	0,606	144	3912

1771-1790	0,834	100	30760
1791-1802	0,721	158 (44 libras)	10174 (2828 libras)
1803-1807	0,794	325 (85 libras)	19994 (5207 libras)
1808-1828	0,771	64 libras	5064 libras
1829-1839	0,780	189 libras	57036 libras

Obs.: os valores posteriores a 1807 foram convertidos em libras esterlinas usando as taxas de câmbio publicadas em MATTOSO, 1982: 254. Isso foi necessário a fim de calcular valores médios e medianos por intervalo; valores anteriores a 1808, depois de obtidas as médias e medianas de cada intervalo, em milhares de réis, foram convertidos em libras tendo por base a taxa de câmbio entre réis e libras praticada em Lisboa, de acordo com GRAHAM, 2013: 322-323.

Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

Deve ser notado que alguns períodos de dificuldades – o pós-1750 e o convulsionado período ao redor da Independência – introduziram alguns fatores de crise tanto nas maiores quanto nas menores fortunas, deprimindo-as um pouco. Mas sua história foi de avanço durante os 110 anos avaliados.

As menores fortunas, na verdade, executaram um movimento em forma de ‘J’: foram muito afetadas pela retração pós-Minas Gerais, regredindo continuamente até os anos 1770 e 1780, mas passando a recuperar-se em seguida a 1790, com um tropeço no período joanino e da Independência, mas com aceleração durante os anos 1830.

A mediana foi sempre significativamente menor que a média (tabela 2), deixando ver os desvios para cima que denunciam a cruel estratificação local.⁵ Assim, quanto menor a mediana em relação à média, tanto mais importantes terão sido os desvios para cima. Dois períodos se destacaram quanto à distância entre mediana e média: a mediana foi apenas um décimo da média nos anos 1830, e ainda menos que isso no período 1771-1790, mostrando-se, ambos, momentos de explosão da disparidade

⁵ Na tabela 2 também aparecem os desvios padrão em relação às médias. O nível alcançado pela desigualdade faz do desvio padrão uma autêntica medida de desigualdade, deixando claro que a média é, pelo menos neste caso, um indicador frágil. A atipicidade de algumas fortunas do final do período pomalino e dos anos iniciais da Viradeira se manifesta claramente no astronômico desvio padrão, 46 vezes maior que a mediana, sendo a média quase doze vezes maior que esta última. Pode ser útil lembrar que dados a respeito da desigualdade de condições sociais não se distribuem segundo uma curva normal de probabilidades; assim, desvios padrão bem maiores que as médias são habituais. Ver, por exemplo, quanto à distribuição da propriedade de escravos (excluídos os fogos não escravistas) em municípios baianos da segunda metade do século XIX, MARCONDES, 2009: 121.

entre os proprietários, com fortunas de centenas de contos de réis aparecendo preferencialmente nos anos 1770 e 1830, com apenas uma exceção, de 1826.

Apesar de o crescimento ter continuado a verificar-se na passagem para o período joanino e da Independência, tanto as menores fortunas quanto as maiores sofreram com esse período conturbado. Os anos 1830 ainda apresentaram turbulência, mas os sinais de uma guerra de grandes proporções envolvendo o Recôncavo foram mais evidentes na década anterior. O relato de Paulo César Souza sobre a Sabinada, por exemplo, indica que a guerra de 1837-8 foi de sítio a Salvador pelo Recôncavo, do mesmo modo que a de 1822-3; mas motivou menos comprometimento das atividades econômicas das áreas em volta da baía (SOUZA, 1987: 56, 61-2). Por outro lado, João Reis, apesar de estrondosa a repressão à rebelião dos malês de 1835, sustentou que o grande momento das revoltas escravas na Bahia, inclusive no Recôncavo, foi o período 1826-1830, auge do tráfico de escravos africanos (REIS, 2003: 120).

O tropeço dos anos 1820 foi maior para as menores fortunas, que recuaram significativamente. Isso foi semelhante ao ocorrido no imediato pós-mineração, quando foi abatido o avanço dos mais ricos, tendo significado também recuo significativo da situação dos mais pobres. Do mesmo modo, a desigualdade recuou um pouco.

Os anos 1830, de sua parte, retomaram o crescimento acelerado e a consolidação de algumas fortunas imensas, verdadeiramente estratosféricas: como se vê pela tabela 2, o desvio padrão chegou a ser mais de quinze vezes maior que a mediana. Só que dessa vez houve, aparentemente, crescimento acelerado do conjunto, inclusive das menores fortunas, apesar de sintomas de crise na oferta de escravos que serão vistos adiante. A consideração dos índices de Gini como indicadores de desigualdade descortina mais aspectos desse avanço da disparidade de condições entre proprietários (valores maiores, mais próximos de um, indicam maior desigualdade).

Os níveis de concentração da riqueza são impressionantes, obscenos mesmo, além de provavelmente amenizados pelo fato de a série ser enviesada na direção dos que morreram mais jovens. A disparidade de condições provavelmente seria ainda maior se estivessem incluídos na amostra muitos falecidos mais velhos, completando seus processos de acumulação. Deve ser especialmente enfatizado que a desigualdade foi crescente, caso se descontem os picos das décadas de 1770 e 1780 e dos meados dos anos 1800.

Trabalhos realizados com montes mores de Salvador passaram por resultados semelhantes. Os 98 inventários de 1700-1760 estudados por Carlos Silva Jr. e Cândido

Eugênio Domingues de Souza (SOUZA, 2011: 89) apontam para índice de Gini chegando perto de 0,8, o que é ainda mais impressionante. O trabalho de Maria José R. Mascarenhas com 322 inventários soteropolitanos do período 1760-1808 sugere igualmente para índice de Gini aproximando-se de 0,8, possivelmente com algum crescimento em relação ao período anterior (MASCARENHAS, 2009: 145-146). Os tamanhos médios desses montes mores ultrapassavam largamente os de São Francisco do Conde, aproximando-se de nove ou dez contos de réis, com medianas que com certeza iam além do conto de réis, constantemente. Assim, é importante acrescentar a desigualdade cidade/campo ao nível aqui apontado para a disparidade entre os patrimônios de São Francisco do Conde. Esse acréscimo serve para que se qualifique uma questão que será vista adiante, qual seja a da dominação comercial, especialmente em vista de as maiores fortunas soteropolitanas, adverte Mascarenhas, terem sido de origem comercial.

Esses patamares ultrapassam os da desigualdade fluminense do final do século XVIII e do início do seguinte. O segmento urbano da série de inventários usada por Fragoso e Florentino para a cidade do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1992: 255; FLORENTINO, 1997: 257-259), aponta para um índice de Gini na casa do 0,7, e crescente, entre 1789 e 1807. Os inventários rurais fluminenses abertos entre 1810 e 1830 estudados por Fragoso (1992: 260) sugerem índices de Gini aumentando dos arredores de 0,6 para a casa de 0,7.

A disparidade entre Salvador e o Recôncavo no que toca à riqueza evoca o papel do crédito e da intermediação comercial. Ferlini (1988: 78) enfatizou o impacto negativo das dívidas sobre as atividades de senhores de engenho inclusive na difícil segunda metade do século XVII. A história de privilégios quanto à execução de dívidas, assim como a dos controles legais à usura – que às vezes favoreciam o lado agrário, às vezes o mercantil –, testemunham a dificuldade da relação (SCHWARTZ, 1988: 179 e seguintes; FERLINI, 1988: 193-197).

Nos anos 1790, escrevia-se em Salvador que nas décadas de 1750 e 1760 houve enorme endividamento de senhores de engenho, incluindo espécie de febre de execuções de dívidas aberta pela extinção do sistema de frotas, com credores tentando abocanhar os benefícios esperados de uma maré que se julgava montante (AGUIAR, 1957: 68, 72), se é que as dívidas mesmo não auxiliaram a consolidar a retração anterior (VASCONCELOS, 1997: 63). Silva Lisboa parecia assombrado em 1781 sobre senhores de engenho de recente conversão para esta atividade, especialmente negociantes que,

agrарizando-se, normalmente faziam-no nas posições superiores da atividade açucareira (FERLINI, 1988: 93).

Schwartz tratou como estruturantes as relações entre senhores de engenho e negociantes de açúcar. A dinâmica da própria atividade produtiva teria sido pautada por isso, com a cruel duração da safra respondendo à possibilidade de incrementar as posições dos vendedores do produto frente aos intermediários que o exportavam (SCHWARTZ, 2005).

Os dados da tabela 2 deixam a impressão de que, após as crises, era a desigualdade que puxava a recuperação; isso sugere a chegada de gente nova e afluente, ou então a aproximação de atores novos, de Salvador ou mesmo de Portugal, através de alianças matrimoniais (PINHO, 1982: 187-192); isso faz lembrar a argumentação de Fragoso e Florentino, referente ao Rio de Janeiro, a respeito da “esterilização que não esgotava”; segundo ela, a pilhagem mercantil dos recursos agrários acabava dando lugar ao retorno de recursos ao investimento agrário (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, cap. 3). Retornando àquela tabela, pode-se observar a relação entre as fortunas dos quintos superior e inferior da amostra montada. Na fase ‘mineira’ e no ‘fundo do poço’ após 1750, os 20% mais abastados detinham recursos 27 ou 28 vezes superiores aos do quinto menos favorecido. Nos vinte anos subsequentes, a relação entre ambos os grupos de montes foi de 308; nada menos que isso. No ‘renascimento agrícola’ da Viradeira, época igualmente de crise de abastecimento (MATTOSO, 1970), assim como na época dos distúrbios políticos dados ao redor da Independência e das grandes revoltas escravas soteropolitanas, a relação entre os pontos alto e baixo da escala das fortunas ficou entre 62 e 79. Passado este período, nos anos 1830, embora os dados da amostra apontem para saltos no processo de acumulação e avanços tanto do quinto superior quanto do inferior, a disparidade entre estes dois últimos retornou aos patamares de 1770: os 20% mais ricos eram 302 vezes mais abastados que os mais pobres. Sair da retração e da época destrutiva das guerras e revoltas dos anos 1820 era algo que se fazia com montanhas de dinheiro concentradas em pouquíssimas mãos, cheirando a elites novas em São Francisco (embora não na Bahia). Exemplifica-o ninguém menos que o Visconde de Pirajá, devedor em 1838 de 40 contos a um negociante de escravos e ameaçado de perder um engenho (BANDEIRA, 2000: 528). Para Schwartz (1988: 244-5), vínculos, especialmente os informais, não teriam sido mais que soluções efêmeras para o problema do esfacelamento das propriedades. Até mesmo a Casa da Torre, que conseguiu preservar-se, gigantesca, até a extinção dos vínculos de 1835, ainda assim

teve uma nova parentela à sua frente durante o século XVIII (BANDEIRA, 2000, cap. X). Bem antes disso, família fidalga que conseguira manter intacto através de quatro gerações um importante engenho do Recôncavo terminou por vendê-lo a Antônio da Rocha Pita, talvez na década de 1680, e deve-se recordar que Pita, embora proprietário de muita terra, teve ligação importante com o tráfico de escravos (PINHO, 1982: 89, 140).

Nota sobre herdeiros e partilhas

A seguir propõe-se uma aproximação ao tamanho das heranças recebidas por filhos no momento da morte de seus pais ou mães, para tanto usando-se as partilhas dos bens de mortos casados pela primeira vez e em cujas realizações não intervieram testamentos. Como o foco está nas 827 heranças recebidas, uma dada legítima foi incluída na série tantas vezes quantos tenham sido os filhos vivos do falecido a receber esse valor. Sujeitam-se a algum tipo de parâmetro crítico as inferências feitas aqui a partir de estimativas de montes. As legítimas são importantes quanto a isso porque a informação a seu respeito foi tomada mais diretamente da fonte, sem estimativas. Mas há inferências adicionais sobre a desigualdade implicadas (tabela 3).

Tabela 3: Legítimas deixadas a filhos pelos que morreram casados pela primeira vez e sem testamentos (São Francisco do Conde, 1731-1839)

Em milhares de réis, salvo indicação diversa				
	Média	Mediana	Desvio padrão	Índice de Gini
1731-1750	166	88	171	0,509
1751-1770	187	64	339	0,625
1771-1790	798	102	2330	0,792
1791-1802	393 (109 libras)	130 (36 libras)	949 (264 libras)	0,684
1803-1807	715 (186 libras)	128 (33 libras)	1092 (284 libras)	0,671
1808-1828	224 libras	75 libras	595 libras	0,722
1829-1839	1591 libras	77 libras	3157 libras	0,789

Observação: não foram consideradas as heranças recebidas por netos e por outros parentes dos falecidos.

Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

A mediana descreve uma curva muito afim à das fortunas estimadas (comparar com a tabela 2). Acrescenta-lhe alguma coisa, no entanto: mostra que a década de 1750 e a seguinte, pelo menos o início desta, foram piores para os proprietários baianos que o auge da concorrência mineira por fatores produtivos. Acrescenta também a percepção de que a década de 1800, vista sob esse ângulo, foi de estagnação em comparação com o período joanino e com o da Independência. Mas em geral a mediana conta, também neste caso, uma história de crescimento com avanço da desigualdade.

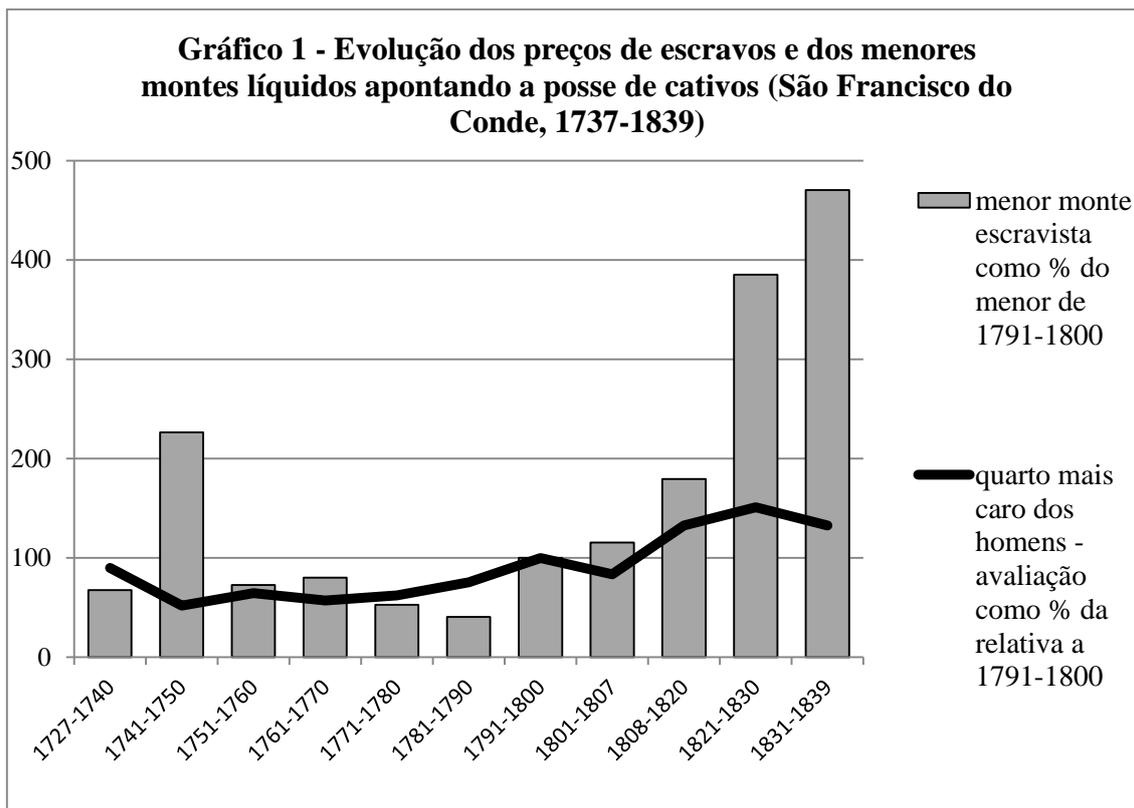
Dado que um proprietário falecia poucas décadas depois de receber a sua legítima, tem-se que ele normalmente transmitia heranças em época na qual a disparidade entre elas era maior que a vigente na época em que ele recebera a sua. Isso se devia certamente ao avanço da desigualdade dos patrimônios, embora a concentração destes fosse quase sempre um pouco maior que a das legítimas (comparar com a tabela 2). Ainda assim, a concentração mais elevada dos patrimônios que das legítimas deixa claro que as partilhas tiveram algum impacto negativo sobre os grandes patrimônios.

A possibilidade de que as partilhas reduzissem a desigualdade entre os proprietários deve receber um pouco mais de atenção. Para isso, examinam-se os poucos casos de mortos viúvos ou recasados, mas sempre sem testamentos, em que a estimativa foi possível. Como os casos desse tipo foram poucos, faz-se essa análise tendo em vista todo o período 1738-1806. O tamanho médio das fortunas líquidas foi de 563\$442 (desvio padrão de 498\$038). O mediano, de 455\$057. O quinto menos aquinhado teve, em média, 81\$889, ao passo que os 20% mais ricos tiveram, em média, 1:444\$434 (o quinto superior teve, portanto, recursos líquidos de 17 a 18 vezes maiores que os do quinto inferior). O índice de Gini ficou em 0,456. É verdade que a situação desses viúvos era muito específica, pois eles atingiram esse estado muito cedo, já que ainda tinham herdeiros menores. Ainda assim, é visível o quanto as partilhas anteriores, ocasionadas pelos falecimentos de seus antigos cônjuges, haviam impactado seus bens, achatando seus montes e reduzindo a desigualdade entre eles. Entreveem-se as dívidas passivas cobradas por ocasião dos primeiros inventários e os efeitos do esfacelamento das fortunas.

A escravidão e a desigualdade entre os livres

Quanto aos escravos, o livro jamais chegou a apresentar os patamares de presença africana constatáveis na amostra de inventários de São Francisco do Conde estudada por Parés (2005: 106). Além disso, os cativos entregues a filhos menores parecem constituir uma amostra muito enviesada, pois é muito alta a proporção dos referidos de um jeito que faz parecer terem sido crianças (mulatinho, pardinha...), além de haver mulheres demais para os padrões açucareiros baianos. O mais grave é a ausência de informação sobre as idades dos escravos herdados. É muito provável que grande parte dos escravos inventariados não aparecesse nas contas reproduzidas no livro usado aqui, pois deviam os cativos mais valorizados e as escravarias mais integradas ser transmitidos por intermédio das meações, ou então das legítimas dos herdeiros maiores de idade.

Para avaliá-lo aproximativamente, podem-se considerar os preços dos escravos do sexo masculino que obtiveram as maiores avaliações, considerando o preço médio dos 25% mais caros. O resultado aparece na linha do gráfico 1, expresso como percentagem do valor observado para o período 1791-1800 em função da necessidade de trabalhar-se com libras esterlinas apenas em relação a alguns intervalos. Estar-se-á diante de um valor que não corresponde a qualquer aproximação quanto aos preços médios de escravos. O dado é apenas uma medida grosseira da flutuação e da evolução dos preços dos escravos *prime*, apontando para a *evolução* desses preços, e não exatamente para os valores médios em si mesmos. O mesmo gráfico 1 indica a evolução do tamanho médio, por intervalo, da menor fortuna estimada a apontar a posse de escravos. A leitura das colunas indica o tamanho do monte líquido do proprietário menos afortunado a possuir escravos em cada período. Novamente, os valores foram expressos como percentagens dos relativos a 1791-1800, e pelas mesmas razões. Observe-se, por exemplo, que uma pessoa das que morreram na década de 1830, para que tivesse escravos, tinha que ser quase cinco vezes mais rica que alguém que desejasse o mesmo entre os que morreram nos anos 1790.



Observação: foram consideradas avaliações de escravos a partir de 1727; fortunas, só se as pôde estimar para os que morreram a partir de 1737.

Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

Houve uma leve queda nas avaliações de cativos até a década de 1760, ao que se seguiu um forte avanço. O movimento nas menores fortunas escravistas foi bem mais violento. Os requisitos para tornar-se senhor de escravos eram bem altos na década de 1740. Mas caíram substancialmente entre 1750 e 1790; essa época de retração econômica e de preços baixos de escravos foi a que apresentou menores requisitos para que alguém se tornasse senhor de escravos. A isso se seguiu, em função do ‘renascimento agrícola’ e da crise de abastecimento dos anos 1790, um enorme crescimento do tamanho das fortunas dos pequenos senhores de escravos.

Os preços baianos de escravos movimentaram-se de um jeito parecido com os do açúcar. Estes caíram regularmente no intervalo 1720-40, seguindo-se uns vinte e cinco anos de estagnação (FERLINI, 1988: 87-9; SCHWARTZ, 1988: 402). Mas há testemunhos no sentido de que a elite açucareira reagiu aos sinais de dificuldades da atividade do início do século com expansão, ao invés de retração (FERLINI, 1988: 84), tendo Schwartz estimado que o número de engenhos na Bahia cresceu quase constantemente até a época da Independência, apesar de alguma tendência à redução da

escala dessas unidades novas (SCHWARTZ, 1988: 150, 172, 228, 344-5). Além disso, havia as Minas Gerais (SOUZA, 2010: 19-31; ALMEIDA, 2012: 70-72). A comercialização de cativos para as áreas mineradoras, permitida desde 1711, engatara os dois mercados. Desde 1725, por exemplo, vigorava um contrato bastante chamativo de arrematação dos impostos sobre os cativos vendidos às Minas, como lembra a discussão recentemente feita por Daniele Santos de Souza (SOUZA, 2010: 19-31). Isso pode ter sido bom para comerciantes, mas foi ruim para a cana: no século XVII, 50 arrobas de açúcar branco compravam um escravo; por volta de 1720, eram necessárias 150 arrobas para fazer o mesmo (SCHWARTZ, 1988: 167).

Embora a curva tenha sido até certo ponto aparentada àquela do preço de “todos os homens” elaborada por Bergad para Minas Gerais (BERGAD, 2004: 356-358), a supressão do mercado das Minas Gerais a partir de 1750 desengatou as duas séries. Diferentemente de Minas, a passagem para os anos 1750 em São Francisco do Conde foi experimentada sem decréscimo substantivo nos preços de escravos. Em Minas o tombo foi mais sentido porque, antes daquela data, escravos parecem ter custado bem mais que na Bahia. Preços mineiros e baianos parecem ter divergido muito cedo.

Além disso, em Minas os preços continuaram a cair na passagem dos anos 1760 para a década subsequente. Em São Francisco do Conde, eles parecem ter experimentado uma retomada acelerada, manifesta já, com sutileza, nos anos 1770, mas visível com desenvoltura a partir da década seguinte, além de as avaliações terem atingido seu auge, quanto ao século XVIII, no período 1791-1800. Em um texto do final do século XVIII, o “Discurso preliminar, historico, introductivo, com natureza de descripção economica da comarca, e cidade da Bahia...”, realmente se dizia que as condições para a produção açucareira baiana tiveram grande melhora a partir de 1770 (AGUIAR, 1957: 30-31). Alden chamou a atenção para essa virada nos anos 1770 ou 1780 (ALDEN, 1999: 537-539, 556). Schwartz aponta, quanto à Bahia, os mesmos anos 1780 para a recuperação das exportações e do tráfico de escravos, sugerindo que a guerra de independência das colônias continentais inglesas foi mais estimulante para a Bahia que a extinção do sistema de frotas (SCHWARTZ, 1996: 72). Kátia Mattoso e Vera Ferlini sugerem retomada dos preços do açúcar na Bahia a partir de meados dos anos 1770 (MATTOSO, 1970: 41; FERLINI, 1988: 93). Não deve passar despercebido o fato de a expansão baiana ter antecedido o renascimento agrícola da década de 1790. Não foi o Haiti que movimentou o açúcar de São Francisco, embora o auge dos anos posteriores à Revolução deixe claro que ele contribuiu muito. A coisa vinha de antes do

levante e da abertura dos mercados até então abastecidos por Saint-Domingue (ver também SCHWARTZ, 1988: 347). Em Minas preços de escravos só voltariam a subir durante os anos 1780.

Deve-se enxergar no fim do sistema de frotas, de 1765, um elemento importante para compreender a retomada dos preços do açúcar para produtores, com seus efeitos sobre a demanda e os preços de escravos (ALDEN, 1999: 552)⁶. Sabe-se ter sido a restrição da quantidade de embarcações açucareiras um dos mecanismos que facilitaram a extorsão mercantil na Bahia (FERLINI, 1988: 79). Esse processo se afigura mais efetivo que a tentativa de conciliação de produtores e comerciantes que Maxwell enxergou nas também pombalinas mesas de inspeção estabelecidas nos anos 1750 (MAXWELL, 1985: 35-40).⁷

De outra parte, os anos 1800 foram difíceis na Bahia, a julgar pelas avaliações desses escravos mais bem apreçados. O período 1801-1807 foi de grande avanço nos preços dos homens mineiros, mas de queda das avaliações de crioulos e africanos na Bahia, acompanhando a queda brusca das exportações de açúcar nos anos 1800 apontada por Ferreira Soares, José Jobson de Andrade Arruda e Stuart Schwartz (SCHWARTZ, 1988: 346). Como essa flutuação foi muito atlântica, ligada de várias formas às guerras europeias, é natural ver suas manifestações na área açucareira. Só que essas manifestações se relacionaram exclusivamente aos preços de escravos; elas não foram notadas, como foi visto, quanto a avanço da acumulação (mediana dos montes), escalada da desigualdade (olimpicamente crescente, como quase sempre ocorreu) e tamanho médio tanto das menores quanto das maiores fortunas. Só foi concomitante uma redução nas legítimas (tudo conforme as tabelas 2, 3 e 4).

Os anos 1820 reiteram sua reputação: foram de auge escravista da sociedade brasileira, com enorme participação dos escravos na população e zênite dos desembarques de africanos. Na série, esse período comparece com preços de escravos exorbitantes. Caso se considere que o valor do mil-réis permaneceu relativamente

⁶ No mesmo sentido, ver posicionamentos do fim do século com interpretação semelhante, apesar de também felicitarem os senhores de engenho por suas conquistas com as mesas de inspeção em AGUIAR, 1957: 30-31.

⁷ Essa conexão entre mesas de inspeção e recuperação agrícola também foi enfatizada por fontes do final do século XVIII, especialmente a partir da pressão exercida por senhores de engenho para que se regulasse o funcionamento das mesas, com produtores agrários majoritários frente a negociantes (de fato, a posição de lavradores de tabaco podia aproximar-se mais da comercial, dada a relação da atividade com o tráfico de escravos, sendo dois os representantes do fumo, da mesma forma que os do açúcar e do comércio, sob a presidência de um sétimo membro representado pelo intendente do ouro). Ver AGUIAR, 1957 : 69-70.

estável ao longo do século XVIII, após as experiências de moeda provincial do final do século XVII (LIMA, 2005: 406)⁸, os preços alcançados nos anos 1820 foram os maiores de toda a série, maiores até mesmo que os causados pela mineração das Gerais.

Quanto aos anos 1830, o que se vê é uma ligeira redução frente ao patamar da década anterior, embora a mesma década de 1830, quando se levam em conta os patrimônios, tenha mostrado sinais inversos, como foi visto. A robustez do crescimento parece ter aumentado, do mesmo modo que a desigualdade denunciadora de imensas fortunas. Esses testemunhos invertidos, vindos dos preços de escravos e das fortunas, estimulam a referendar uma série de suspeitas que a bibliografia vem deixando no ar quanto aos anos 1830: intensa variabilidade nos preços de escravos, inclusive com alguma queda nos mesmos. Isso se deveu a que a primeira proibição do tráfico de africanos, embora não lhe tenha posto fim, pendurou nele alguns sinais de crise. Mas, mesmo tendo os africanos se tornado mais raros e difíceis, o mercado de cativos teve pouca capacidade de responder a isso pagando mais por eles, pois a atividade açucareira passava por dificuldades derivadas da ascensão cubana, mesmo que fossem simultâneas as oportunidades abertas pelas dificuldades do Caribe Inglês, envolvido com a Abolição. Deve-se lembrar igualmente que se vivenciava uma profunda recessão atlântica durante o segundo quarto do século XIX. O caráter avassalador da ascensão cubana viria a mostrar suas enormes implicações por volta de 1840, mas a situação já ostentava sinais negativos para os produtores baianos de açúcar desde a época da Independência (BARICKMAN, 2003a: 77). Quanto às exportações dos anos 1830, os valores alcançados em 1829 só seriam retomados em 1838 ou 1839, para sofrerem nova queda na virada da década (BARICKMAN, 2003a: 73). Segundo Schwartz (1988: 147), na década de 1830, os preços do açúcar despencaram (retomando crescimento em 1835), não importando muito que isso se desse em meio a grande colheita e a marcada desvalorização da moeda.

As dificuldades dos mercados de açúcar e de escravos ajudam a entender a queda e as variações nas avaliações de cativos. Mas permanece o quebra-cabeças relativo às fortunas: até o quinto menos afortunado dos inventariados avançou durante

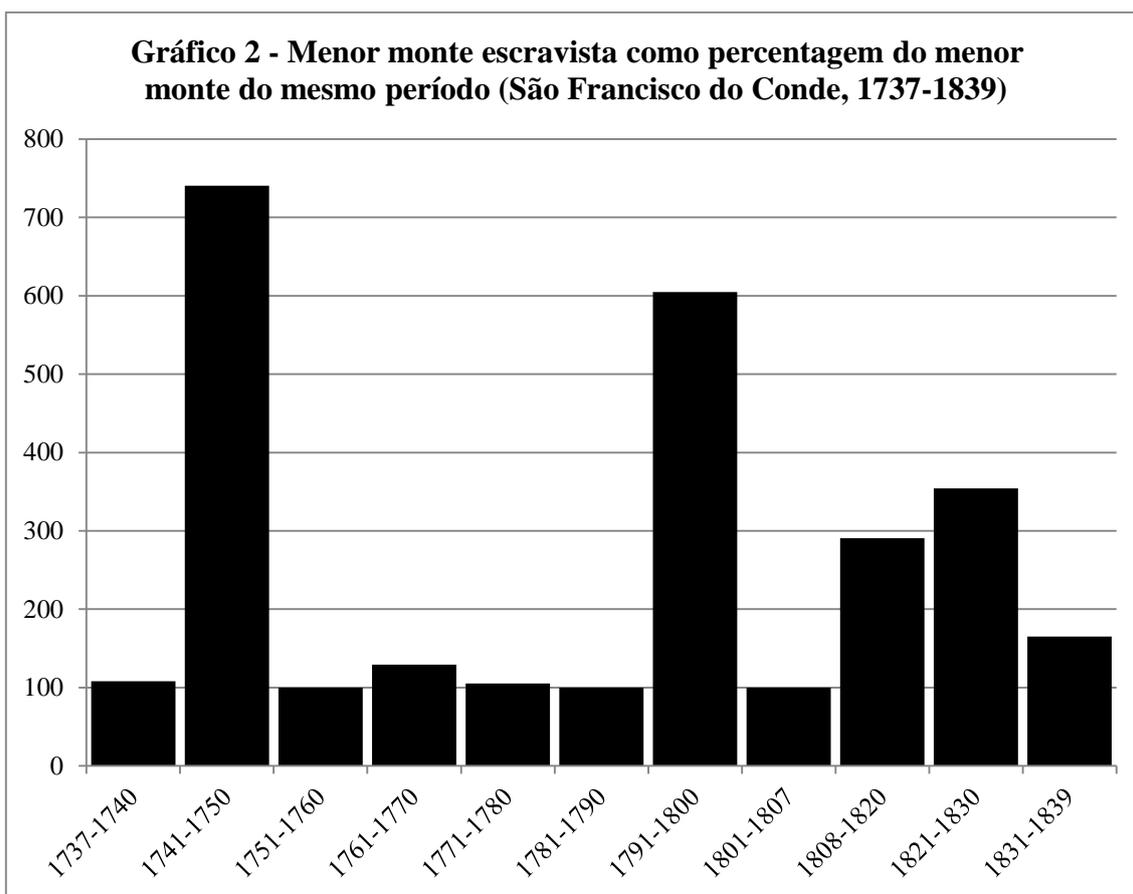
⁸ Maria Bárbara Levy referiu-se a novas iniciativas de cunhagem de moeda provincial ou então de cobre por volta de 1733, de 1750 e 1797, mas de modo geral a circulação continuava escassa na colônia. Ver LEVY, 1983: 836-837. Em Portugal, o mil-réis parece ter-se mantido relativamente estável frente a outras moedas europeias até cerca de 1790; desceu então um degrau, na direção de perder cerca de um quinto a um quarto de seu valor, situação parcialmente revertida no início dos anos 1800. Ver gpih.ucdavis.edu/Datafilelist.htm e GRAHAM, 2013: 326.

os anos 1830, paralelamente ao ocorrido com as medidas de tendência central e de desigualdade.

Para Barickman, já se faziam sentir por volta da época da Independência os efeitos da ascensão cubana e das mudanças técnicas necessárias para substituir regiões caribenhas no mercado de açúcar. A Bahia, durante o século XIX, cada vez mais se concentrava em açúcares inferiores, que necessitariam de refino ao chegarem às praças consumidoras, embora a passagem só tenha se tornado mais manifesta por volta de 1850 (BARICKMAN, 2003a: 78-79). Mas o mercado açucareiro já apresentava sinais de que enfrentava dificuldades na década de 1830, a julgar, ao menos, pelo que foi sentido na lavoura canvieira paulista, pois a produção de Itu e Campinas parece ter deixado de crescer ao redor de 1835 (PETRONE, 1968: 48).

A relação entre escravidão e desigualdade entre os livres foi articulada pela historiografia, com ótimos resultados, com o tema dos pequenos plantéis. As fontes usadas não permitem reconstituir as escravarias, mas o gráfico 1 permite avançar em uma questão relacionada: que tamanho um patrimônio precisava ter para que pudesse comportar cativos? A evolução desse tamanho aparece nas colunas do mesmo gráfico 1. Na fase marcada pelo ouro de Minas Gerais – também o auge da demanda de africanos em Rio de Contas -, preços altos de cativos coincidiam com a necessidade de grandes recursos pessoais para tornar-se senhor de escravos. Da década de 1750 à de 1780, escravos começavam a aparecer em patrimônios bem mais modestos que os de antes. A partir de 1790, os requisitos para tornar-se senhor de escravos só fizeram aumentar.

Escravos eram mais acessíveis durante a fase de estagnação na Bahia. Foi para acrescentar solidez à observação do movimento das menores fortunas escravistas que se elaborou o gráfico 2. Nele, o menor monte líquido estimado a referir a posse de escravos aparece como percentagem do menor monte estimado do mesmo intervalo. Assim se pode obter uma imagem interessante a respeito da presença de escravos entre os bens que integravam de alguma forma heranças na verdade minúsculas.



Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

Neste gráfico 2, quanto maior a coluna, maior a dificuldade para que proprietários menos abastados tivessem escravos. As colunas dizem, por exemplo, que o proprietário de escravos mais pobre da década de 1740 tinha sete vezes mais recursos que o inventariado mais depauperado da mesma época. O escravista com menos recursos da década de 1790 tinha fortuna seis vezes maior que a do proprietário menos abastado da mesma época.

A época de retração – que aparece no gráfico como o intervalo com as menores colunas – foi a época de propriedade escrava mais acessível aos mais pobres; difícil nos anos 1740, tornou-se mais provável a partir de 1750; mas o acesso voltou a mostrar-se improvável no renascimento agrícola do final do século. A partir de 1790 ocorreu um descolamento entre os dois tipos de valor. O tamanho mínimo que uma fortuna devia ter para que ela pudesse conter escravos cresceu bastante, consolidando mecanismos de exclusão de proprietários.

É essencial recordar que concentração social da posse de escravos e altos preços dos cativos andavam juntos, o que chega a ser mais ou menos óbvio. O que não é tão

evidente é a extrema vulnerabilidade das pequenas posses às flutuações dos preços de cativos.

É possível que a factibilidade das pequenas posses de escravos em 1801-1807, sugerida pelo gráfico, seja ilusória, produzida por falhas excessivas na cobertura de pobres pela série nos anos imediatamente anteriores à chegada da Família Real lusa. Assim, senhores pobres foram um apanágio do período 1750-1790, devendo ser notado que, nesses anos, a desigualdade baiana atingiu seu pico (1771-1790, conforme a tabela 2).

Nesse mesmo intervalo 1750-1790, o próprio montante das menores fortunas inventariadas cedeu, permanecendo baixo (tabela 2). Mesmo reduzindo-se o patamar de tamanho das menores fortunas, essas mesmíssimos patrimônios reduzidos ganhavam maior acesso à posse de escravos. Isso ajuda a enfatizar que o motor do processo estava nos preços dos cativos. A presença de pequenos senhores de escravos, embora crucial em termos estruturais – tendo em vista a segurança política dos grandes proprietários e a regularidade do abastecimento de produtos de origem interna à colônia -, flutuava conforme as condições do mercado, especialmente do de escravos.

De fato, as estimativas de David Eltis e equipe a respeito dos desembarques de escravos na Bahia mostram uma longa letargia nos três quartos de século estendidos de 1726 a 1800. Antes desses 75 anos, entre 1701 e 1725, o volume teria sido de mais de 120 mil desembarcados; depois dos três quartos de século, isto é, entre 1801 e 1825, a quantidade cresceu para mais de 190 mil; nos 75 anos do meio do caminho, o movimento das chegadas de africanos a Salvador permaneceu ao redor de 80 mil a cada 25 anos; o nível era alto, mas a estagnação é visível (www.slavevoyages.org). Foi no meio dessa letargia dos desembarques que os escravos se tornaram mais acessíveis para livres remediados. Mesmo que comparativamente mais raros, escravos africanos eram menos caros em termos relativos. A sugestão decorrente não faz mais que referendar percepções clássicas do problema (FLORENTINO, 1997: 37-69): o mercado de escravos era muito governado pela demanda exercida pelas atividades produtivas; no caso, ele era afetado negativamente pela depressão dessa demanda.

Uma ressalva precisa ser enfrentada: a retração pode ter parecido favorável às pequenas posses apenas porque os proprietários de escravos empobreceram, e não porque mais pobres puderam tornar-se senhores de escravos. Teriam empobrecido, inclusive, por causa das dívidas. Estas, além disso, fariam muitos escravistas parecerem mais pobres em virtude de só se ter acesso, aqui, aos montes líquidos. Mas isso pode ser

descartado com relativa segurança, especialmente por ter sido exatamente no período da retração que foi encontrada a maior proporção de escravistas entre os inventariados: reunindo as informações do intervalo anterior e posterior à retração, dois terços das partilhas observadas eram de escravistas; durante o período 1751-1790, diversamente, a proporção dos escravistas chegou a quatro quintos. Isso não pode ser visto como conclusivo, mas é congruente com a expectativa de que, durante a retração, houvesse um número maior de senhores de escravos.

Considerações finais

A tendência geral a que crescesse a desigualdade na Bahia se mantinha, apesar de oscilações pouco importantes, na passagem de épocas expansivas, de preços altos, para períodos mais recessivos. Mas também aumentava quando se tratava de trânsitos de sentido inverso, da retração para a expansão. Atravessou aumentos nos preços e na demanda por escravos, mas fez o mesmo nos intervalos em que os dois se retraíram. Ela podia aumentar quando os pobres se tornavam mais depauperados, como em 1760, mas coisa não muito diferente ocorria – às vezes com muito vigor – quando o inverso se dava, tendo este sido o caso dos anos 1830.

As análises aqui realizadas assentaram-se bastante em informações obtidas indiretamente, de modo que suas conclusões precisam manter-se no nível de expectativas qualitativas, expostas a seguir como um relato muito estilizado.

Três elementos avançaram de modo quase contínuo: a **desigualdade**, a **acumulação** e as **maiores fortunas**.

Um fenômeno executou movimento em forma de ‘U’ invertido: o **acesso de proprietários mais depauperados à propriedade escrava**.

Dois outros tiveram trajeto em forma de ‘J’: as **menores fortunas** e o **preço de escravos**.

Deixando o texto ser guiado pelo avanço da desigualdade e permitindo aos preços de escravos estabelecerem subperíodos, tem-se que, na passagem para os anos 1750 e 1760, a disparidade de condições avançou pouco, com desempenho semelhante ao da acumulação açucareira, das menores fortunas e até mesmo dos maiores patrimônios. Na passagem para os anos 1770 e 1780 o dado fundamental foi o de a desigualdade ter disparado enquanto os preços de escravos se reduziam, aumentando a importância das pequenas posses cativas. Nunca será demasiada a ênfase a ser posta

nessa intrigante possibilidade: no período 1771-1790 deram-se ao mesmo tempo o auge da desigualdade e o mais franco acesso à posse de escravos por proprietários pobres.

As maiores fortunas acrescentaram-se vivamente na passagem para o ‘renascimento agrícola’, que se expressou pelo aumento dos preços de escravos e pelo nível alcançado pela acumulação (visto através das tendências centrais). Primeiramente em um surto inenarrável durante os anos 1770, e depois de modo mais regular a partir dos anos 1790. Os anos centrais da década de 1800 abateram momentaneamente os preços de escravos, mas isso sequer arranhou o avanço da desigualdade.

A conturbação política dos anos 1810 e 1820 afetou até mesmo o avanço da desigualdade e das maiores fortunas, mas nada disso chegou perto do estrago feito nas menores. Assim, embora a disparidade de condições tenha recebido um impacto negativo, ela continuou alta, e pronta para retomar sua marcha ascendente. Desse modo, ela enfrentou com enorme hierarquização social dos livres o período 1829-1839, em que dificuldades nos negócios açucareiros já se associavam a um mercado de escravos que sofria desgastes advindos da pressão inglesa contra o tráfico africano. Mais uma vez, e da mesma forma que no fim dos anos 1770, houve, após um período de retração, retomada do crescimento, com aprofundamento das disparidades sociais. Nem a mudança de ocupantes do alto da escala social, nem o caráter destrutivo das partilhas freavam o avanço da desigualdade entre os proprietários.

A disparidade avançava de modo sustentado, não importando muito o que ocorria ao redor, consistindo numa espécie de rainha das jabuticabas. Fomos acostumados a observar localidades agrárias brasileiras desfazendo progressivamente a concentração pelo menos das propriedades rurais, em virtude de partilhas e heranças (CANABRAVA, 2005: 210-215). É verdade que isso era normalmente revertido, pelo menos em São Paulo, em função da introdução de atividades e elites novas (como as cafeiras), que produziram novas formas de concentração social da riqueza. Mas em São Francisco do Conde nenhuma das duas coisas ocorria: nem a riqueza agrária se desconcentrava com a passagem das gerações, nem a chegada de novas atividades econômicas explicava o porquê de a riqueza continuar a concentrar-se.

APÊNDICE 1

Estados civis dos falecidos, presença de testamentos e condições para realização de estimativas de montes líquidos em São Francisco do Conde (1727-1840)

Mortos casados					
	Sem testamento – muito provável a ausência de herdeiros não identificados	Sem testamento - filiação completa	Sem testamento – estimativa impossível	Com testamento – indicação sobre terça	Com testamento – impossível estimar o monte
1727-40	6	1	2	1	3
1741-50	13	1	3	2	9
1751-60	5	17	6	2	4
1761-70	-	21	-	4	-
1771-80	-	32	-	1	3
1781-90	-	27	-	1	-
1791-1800	-	34	-	4	3
1801-10	6	23	7	1	2
1811-20	4	7	-	1	4
1821-30	3	8	1	-	2
1831-41	3	14	1	-	2
Total	40	185	21*	17	34*
Mortos viúvos					
	Sem testamento - estimativa possível	Sem testamento – estimativa impossível	Com testamento – estimativa possível	Com testamento – estimativa impossível	
1727-40	1	-	-	2	
1741-50	-	-	-	-	
1751-60	-	-	1	1	
1761-70	1	-	1	1	
1771-80	4	-	1	-	
1781-90	5	-	1	3	
1791-1800	4	2	1	1	
1801-10	3	2	1	-	
1811-20	-	1	1	2	
1821-30	3	-	3	1	
1831-41	2	2	4	2	
Total	23	10*	14	14	
Outros casos					
Estado conjugal indeterminado			Estimativa impossível por outras razões		
	Sem testamento – estimativa possível	Com testamento – estimativa possível		Sem testamento	Com testamento
1727-40	2	-	1737-40	-	-
1741-50	-	-	1741-50	-	3
1751-60	-	-	1751-60	1	1
1761-70	1	-	1761-70	-	-
1771-80	1	-	1771-80	-	1
1781-90	1	-	1781-90	-	-
1791-1800	-	-	1791-1800	1	1

1801-10	-	-	1801-10	1	1
1811-20	-	-	1811-20	3	4
1821-30	1	1	1821-30	-	-
1831-41	-	-	1831-41	-	1
Total	6	1	Total	7*	12

* Esses totais são maiores que a soma das parcelas por haver casos do tipo indicado na coluna com datação ambígua ou ausente.

Fontes: Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

Referências

AGUIAR, Pinto de (Ed.). Aspectos da economia colonial. Salvador: Progresso, 1957.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. p. 527-592.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novaes. *Escravos e libertos nas minas do rio de Contas – Bahia, século XVIII*. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29/30, p. 79-132, 2003b.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21/22, p. 177-238, 1998-1999.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo, Hucitec; Editora da Unesp; ABPHE, 2005.

FERLINI, Vera Lucia do Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPq, 1988.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Halysson Gomes da. *Devastação e conservação das florestas na terra de Tinharé (1780-1801)*. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade. Das vendedoras de rua à Reforma Liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JOHNSON, Lyman L. e FRANK, Zephyr. Cities and wealth in the South Atlantic: Buenos Aires and Rio de Janeiro before 1860. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 48, n. 3, p. 634-668, jul. 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. Elementos para o estudo da circulação da moeda na economia colonial. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 824-840, 1983.

LIMA, Fernando Carlos Greenhalg de Cerqueira. A Lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1704). Um episódio da história monetária do Brasil. *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro v. 9, n. 2, p. 385-410, 2005.

Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, v. 37, p. 5-334, jan. 1960.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Açúcar e riqueza na Bahia do século XVIII. In: GMÜNDER, Ulrich (org.). *A rapadura e o fusca. Cana, cultura, sociedade*. Salvador: Goethe Institut, 2009. p. 142-147.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Conjoncture et société au Brésil à la fin du XVIIIe siècle: prix et salaires à la veille de la Révolution des Alfaiates - Bahia, 1798. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 5, p. 3-53, jan. 1970.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
MORTON, F. W. O. The military and society in Bahia, 1800-1821. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 7, n. 2, p. 249-269, nov. 1975.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. Ethnic-religious modes of identification among the Gbe-speaking people in eighteenth and nineteenth century Brazil. In: BARRY, Boubacar, SOUMONNI, Elisée; SANSONE, Livio (Orgs.). *Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*. Trenton: Africa World Press, 2008. p. 179-207.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano, 1750-1800. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília, DF: INL, 1982.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 100-126, 1992.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1953.

SÃO PAULO. *Inventários e Testamentos*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1973-1999, volumes 42, 44, 46 e 47.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília DF: CNPq, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Slaves, peasants and rebels*. Urbana: University of Illinois Press, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 373-406.

SCHWARTZ, Stuart B. “A commonwealth within itself”. The early Brazilian sugar industry, 1550-1670. *Revista de Indias*, Madri, v. LXV, n. 233, p. 79-116, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. “*Perseguidores da espécie humana*”: capitães negreiros da cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SOUZA, Daniele Santos de. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”*: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, Paulo César. *A Sabinada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “idade de ouro” de Salvador. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 63-76, 1997.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Data de recebimento: 29/07/2014.

Data de aceite: 01/12/2014